



www.unimedsudoeste.coop.br
Av. Otávio Santos, 147
45020-750 - Bairro Recreio - Vitória da Conquista - BA
T. (77) 2101-9393



UNIMED DO SUDOESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED DO SUDOESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA., iniciou suas operações em 24/05/1989 conforme registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 35037-1 e tem por objetivos a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços assistenciais médico-hospitalares individuais, familiares e coletivos bem como operar e comercializar os planos privados de assistência à saúde nos termos da legislação aplicável.

É seu objetivo ainda a educação cooperativista de seus cooperados e a participação em campanhas de expansão do cooperativismo e de modernização de suas técnicas.

NOTA 2 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Cooperativa atua na operação de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas nas modalidades de pré-pagamento e custo operacional e com ou sem coparticipação, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação cooperativista (Lei 5.764/71) e no que couber, às normas relativas as sociedades por ações (Lei 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme novo plano de contas estabelecido pela Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações posteriores, como também parcialmente os aspectos relacionados à Lei 11.941/2009, e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A entidade também atendeu os quesitos da NBCT 10.21, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020, de forma a permitir a comparabilidade.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021 foram as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, *pro rata temporis*, quando se tratar de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

c) Ciclo operacional

Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo.

d) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. As aplicações financeiras são avaliadas pelo seu valor justo.

e) Contas a Receber e Provisão para Perdas Sobre Créditos

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, item 10.2.3.1 a 10.2.3.3, da Resolução Normativa nº 435 da ANS e transcritos abaixo.

10.2.3.1 Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.



10.2.3.2 Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

10.2.3.3 Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

f) Estoques

Estão avaliados pelo custo de aquisição através do método de custo médio ponderado reduzido por estimativas de perdas para ajustá-los ao preço de mercado.

g) Investimentos

Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição. Entendemos que os valores das investidas não necessitam de provisão no encerramento do exercício.

h) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens ou no prazo que a entidade pretende permanecer com estes bens em uso, às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8.

Com base nas alterações e pronunciamentos contábeis o imobilizado passou a abranger os bens que não são de propriedade apenas da entidade, mas sobre os quais a mesma tenha o controle, riscos e benefícios.

Através de avaliação e formalização interna da cooperativa, a mesma concluiu pela manutenção dos mesmos prazos de vida útil e respectivas taxas de depreciação praticadas em exercícios anteriores, exceto para a imóvel sede que teve sua reavaliação de vida útil para 50 anos.

i) Ativo Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos no resultado do período. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são submetidos a teste de avaliação do valor recuperável, assim como os ativos com vida útil indefinida (vide Nota Explicativa nº 10).





j) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393 e alterações posteriores. A provisão de eventos a liquidar é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indireta, ou ainda da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pelas Resoluções Normativas nº 393/2015, 435/2018 e alterações posteriores.

k) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na sua totalidade. A operadora, ao final de cada mês, reconhece os eventos ocorridos e não avisados mediante a constituição da PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

l) Plano de Contas

O Plano de Contas utilizado pela entidade é o estabelecido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através da Resolução Normativa nº 435.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados sobre operações com não-cooperados (atos não cooperativos).

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Ativos Contingentes: São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.



www.unimedsudoeste.coop.br
Av. Otávio Santos, 147
45020-750 - Bairro Recreio - Vitória da Conquista - BA
T. (77) 2101-9393



Passivos Contingentes: Com exceção das contingências tributárias e obrigações legais, as demais (Cíveis e Trabalhistas) são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Contingências Tributárias e Obrigações Legais: São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação dos assessores jurídicos sobre as probabilidades de êxito.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O total de aplicações garantidoras e custodiadas de provisões técnicas é de R\$17.370.404,96 (R\$ 14.932.564,89 em 2020) enquanto o total de aplicações livres no curto prazo é de R\$ 46.134.046,36 (R\$ 34.457.093,89 em 2020) e no longo prazo é de R\$ 10.692.148,70 (R\$ 0,00 em 2020).

NOTA 6 - OPERAÇÕES NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Registra os direitos a receber e a pagar com outras operadoras pelo atendimento a seus usuários (intercâmbio), tendo como total a receber o saldo de R\$ 671.795,71 (R\$ 294.281,43 em 2020) e a pagar o montante de R\$5.311,42 (R\$ 52.047,34 em 2020).

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

Os investimentos compreendem participações em outras empresas e foram avaliados pelo custo de aquisição. São eles:

Investidas	2021	2020
Unihosp	0,00	100.000,00
Samur	11.670,07	2.082,00
Endolabo	4.000,00	4.000,00
Unicred	1.598.588,36	1.517.966,96
Unimed do estado da Bahia	212.354,07	164.406,92
Unimed participações	217.268,76	184.579,43
Unimed seguradora	105.533,14	100.789,39
Crediesb	0,00	11.413,20
Unimed central nacional	340.011,98	323.512,83
Sicoob	30.039,68	1.000,00
Total	2.519.466,06	2.409.750,73

NOTA 8 - IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro o ativo imobilizado da entidade estava assim composto:

Itens	Valor Original	Depreciação	Saldo em 2021	Saldo em 2020
Terrenos	33.609,49		33.609,49	33.609,49
Edificações	790.231,26	422.248,80	367.982,46	376.159,74
Máquinas e Equip. (Hosp)	365.810,58	72.905,03	292.905,55	271.387,76
Instalações	446.850,79	53.740,67	393.110,12	414.362,96
Móveis e Utensílios	506.826,18	308.476,47	198.349,71	132.652,39
Máquinas e Equipamentos	212.357,75	134.041,19	78.316,56	73.932,82
Equipamentos de Informática	961.016,94	453.289,70	507.727,24	201.431,53
Equipamentos de Comunic.	65.985,87	27.085,89	38.899,98	23.241,42
Imobilizações em Curso	546.699,39	423.801,08	122.898,31	189.814,27
Outros – Veículos	340.222,20	177.470,28	162.751,92	201.225,67
Total	4.269.610,45	2.073.059,11	2.196.551,34	1.917.818,05

Segue abaixo quadro de movimentação do ativo imobilizado no exercício de 2021:

Descrição	2020	2021				
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação	Tx	Valor Contábil Líquido
Equip. de Informática	201.431,53	380.444,27	5.035,00	69.113,56	20%	507.727,24
Móveis e Utensílios	132.652,39	101.819,07	1.136,15	34.985,60	10%	198.349,71
Máquinas e Equipamentos	73.932,82	20.116,85	-	15.733,11	10%	78.316,56
Instalações	414.362,96	2.350,00	-	23.602,84	10%	393.110,12
Máquinas e Equip.(Hosp)	271.387,76	53.660,38	-	32.142,59	10%	292.905,55
Equip. de Comunicação	23.241,42	23.838,02	775,00	7.404,46	10%	38.899,98
Terrenos	33.609,49	-	-	-	0%	33.609,49
Edificações	376.159,74	-	-	8.177,28	2%	367.982,46
Veículos	201.225,67	15.150,00	-	53.623,75	20%	162.751,92
Benfeitorias em Curso	189.814,27	-	-	66.915,96	0%	122.898,31
Total	1.917.818,05	597.378,59	6.946,15	311.699,15		2.196.551,34

NOTA 9 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

A redução ao valor recuperável dos ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por redução do ativo, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que forem identificadas. A CPC em pauta, em conjunto com outras CPC's, determina na essência que todos os ativos são suscetíveis a redução do valor do ativo. Em 31 de dezembro de 2021 realizamos testes em nossos ativos conforme descrito abaixo:

- Caixa e Equivalente de Caixa - Todos os nossos valores estão em instituições financeiras seguras, que não demonstram significativas dificuldades financeiras e nem processos de falência. Embasamento CPC 01 (R4) e CFC NBC TG 01 (R4).
- Valores a Receber - As Operações com Planos de Saúde e Assistenciais tiveram testes de redução do valor do ativo seguindo as regras descritas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar através da Resolução Normativa nº 435, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3.
- Outros Ativos – Dentro de outros ativos, destacamos como valores relevantes os grupos de Terrenos, Edificações, etc. Não realizamos testes de redução do valor destes ativos.

NOTA 10 - INTANGÍVEL

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e controlados pela entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Em 31 de dezembro o Ativo Intangível estava assim composto:

Descrição	2021	2020
Software	233.547,75	266.294,29
Total	233.547,75	266.294,29

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2021 a entidade possuía os seguintes Financiamentos e Empréstimos. Parcela única de 1810 dias e taxa de 12,6825 % a.a.

Banco	2021	2020	Início	Vencimento	Encargos
XP investimentos	7.271.213,77	0,00	29/10/2021	13/10/2026	97.584,89

NOTA 12 - PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas foram calculadas conforme descrito na nota referente às principais práticas contábeis. O saldo da Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados – PEONA em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.529.719,35 (R\$ 12.719.529,96 em 2020) representando 100% da provisão integral.

NOTA 13 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pela participação de 224 cooperados em 2021 (241 cooperados em 2020), atingindo o montante de R\$ 11.099.439,15 (R\$ 11.178.337,51 em 2020).

NOTA 14 - FATES E FUNDO DE RESERVA

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é constituído pela destinação de 5% das sobras líquidas do exercício e pela destinação do resultado apurado nos atos não cooperativos. Seu montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.635.095,71 (R\$ 2.254.591,27 em 2020).

A Reserva Legal é constituída pela destinação de 10% das sobras líquidas do exercício. Seu montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.883.569,25 (R\$ 3.088.033,43 em 2020).

NOTA 15 - CONSTITUIÇÃO DE FATES E FUNDO DE RESERVA

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.

Descrição	2021	2020
Resultado do Exercício – DRE	17.955.358,15	12.447.737,36
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES – Art. 87 da Lei nº 5.764/71	(3.942.273,58)	(793.201,69)
Sobras e Perdas do Exercício	14.013.084,57	11.654.535,67
Fundo de Reserva – 10%	(1.795.535,82)	(1.244.773,74)
FATES – 5%	(897.767,91)	(622.386,87)
Fundos de contas médicas (Aprovada na AGO 2020)	(1.795.535,82)	0,00
Baixa adiantamento de sobras	(1.448.879,93)	(884.376,16)
Sobras à disposição da Assembleia	8.075.365,09	8.902.998,90

NOTA 16 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da UNIMED DO SUDOESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. estão cobertos por seguros em montante considerado adequado pela Administração para a eventual reposição em caso de ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



www.unimedsudoeste.coop.br
Av. Otávio Santos, 147
45020-750 - Bairro Recreio - Vitória da Conquista - BA
T. (77) 2101-9393



NOTA 17 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E CÍVEIS

A Unimed do Sudoeste é ré em diversos processos judiciais sendo 272 no valor de R\$ 2.273.601,63 classificados como perdas prováveis e 16 no valor de R\$615.500,37 classificados como perdas remotas. O montante considerado como provável está provisionado na sua totalidade.

A UNIMED DO SUDOESTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. apresenta possibilidades de riscos eventuais quanto às contribuições para a COFINS, PIS s/Faturamento, cujo montante provisionado e não depositado em juízo é de R\$ 5.548.842,84 (R\$ 5.548.842,84 em 2020).

NOTA 18 - IN/DIOPE Nº20 E SUCEDÂNEAS

A entidade fez uso dos benefícios trazidos pela IN/DIOPE nº 20 e sucedâneas, tendo levado a conhecimento dos cooperados através da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida no final de 2008.

Até o final do exercício de 2021 a Unimed do Sudoeste mantém os valores contabilizados por ocasião da adoção do benefício concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar através da Instrução Normativa nº 20 (e sucedâneas), com movimentação das contas ativas e passivas.

Em junho de 2016 a entidade finalizou o pagamento do REFIS de PIS e COFINS, desde então, não houve pagamento dos tributos registrados contabilmente, exceto os ajustes mensais do ressarcimento ao SUS.

Vale ressaltar que o preâmbulo da Instrução Normativa nº 20/08 estabelece que: "Considerando a necessidade de regulamentar a forma de contabilização das Obrigações Legais, como definido pela Norma de Procedimento Contábil nº 22, de 25 de abril de 2005, do Instituto Brasileiro de Contabilidade - NPC 22/IBRACON, bem como a forma de contabilização de prejuízos apurados em cada exercício social, resolve:". Já o item 6, VI da NPC 22/IBRACON assim conceituou a expressão obrigação legal: "6. [...]; (vi) Uma obrigação legal é aquela que deriva de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei.". Portanto, toda aquela obrigação que seja derivada de um contrato, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei poderá ser classificada como obrigação de natureza legal. Mesmo entendimento já expressou a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme disposto no Ofício Circular nº 005/2008/DIOPE/ANS. Referido ofício no parágrafo 3º do item 2 assim definiu obrigação legal na saúde suplementar: "No âmbito do Mercado de Saúde Suplementar caracterizam-se, dentre outras, como Obrigações Legais os valores referentes aos Tributos (ISS, PIS/COFINS, IRPJ, CSLL etc.), os valores referentes ao denominado ressarcimento ao SUS, além da Taxa de Saúde Suplementar;". Ademais, é sabido que a contabilização das Obrigações Legais é mandatória para todas as empresas, fato que, naturalmente, inclui as



www.unimedsudoeste.coop.br
Av. Otávio Santos, 147
45020-750 - Bairro Recreio - Vitória da Conquista - BA
T. (77) 2101-9393



operadoras de planos de assistência à saúde, ainda que cooperativas, ressalvadas todas as discussões judiciais acerca da legalidade de tal tributação. Dito isso, há que se indagar: Qual seria então o objetivo da Instrução Normativa nº 20? Partindo-se da premissa que constitui obrigação das pessoas jurídicas contabilizarem as obrigações tendo como razão a alocação direta no resultado, há que se concluir que a citada Instrução Normativa não teria nenhuma função no ordenamento jurídico se não permitisse tratamento diferenciado as cooperativas. Vale acrescentar que o art. 4º da IN 20 foi assim escrito: "Art. 4º As Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, classificadas nas modalidades Cooperativas Médicas e Cooperativas Odontológicas, que na Assembleia Geral Ordinária relativa ao exercício social de 2008 deliberarem pela transferência para seus cooperados da responsabilidade de pagamento das Obrigações Legais de que trata esta Instrução Normativa, e contabilizados na forma estabelecida no artigo 3º, classificados no Passivo Circulante ou no Passivo Exigível a Longo Prazo, poderão, excepcionalmente, transferi-los da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados para o Ativo Realizável a Longo Prazo.". Observa-se, portanto, que às operadoras de Planos de Assistência à Saúde classificadas nas modalidades Cooperativas Médicas e Cooperativas Odontológicas ficou facultado a contabilização no Passivo Circulante ou no Passivo Exigível a Longo Prazo, podendo, excepcionalmente, transferi-los da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados para o Ativo Realizável a Longo Prazo, desde que aprovado em Assembleia Geral Ordinária a transferência da responsabilidade para os cooperados, condição observada pela operadora. Com efeito, se considerado que as obrigações legais de que trata a NPC 22/IBRACON são líquidas e certas, portanto, imediatamente exigíveis, certamente se concluiria que a operadora estaria sob suposto desenquadramento em relação a Instrução Normativa analisada, não sendo este o caso. Faz-se ainda necessário registrar que a hipótese levantada somente seria válida diante da inexistência de discussão judicial quanto a matéria ou o trânsito em julgado com decisão desfavorável no Poder Judiciário, vez que nesta situação haveria, por consequência lógica, o dever de pagar, sob pena da adoção pelo credor das medidas legais aplicáveis para satisfação do crédito. Por outro lado, se observado que o fato gerador do reconhecimento no Passivo Circulante ou no Passivo Exigível a Longo Prazo com transferência da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados para o Ativo Realizável a Longo Prazo foi justamente o fato de haver uma incerteza quanto a legalidade dos tributos cobrados, tanto que se discutia e ainda se discute no Poder Judiciário ou em processos administrativos, sem trânsito em julgado, há que se concluir que em não havendo modificação no fato gerador, não há que se falar em modificação nos registros contábeis, posto que, do contrário, seria desconsiderar toda essência da IN 20, o que não condiz com a realidade. Assim, analisando o caso em questão é possível perceber que a cooperativa mantém registrados os mesmos fatos geradores previstos na IN 20, simplesmente pelo motivo de que ainda não se esgotaram as discussões judiciais, inexistindo, portanto, sentença condenatória com trânsito em julgado. Ainda nesse raciocínio, considerando as disposições dos incisos I e II do art. 5º da IN 20, nota-se que o comando legal inserto nestes dispositivos remete a necessária movimentação contábil, desde



www.unimedsudoeste.coop.br
Av. Otávio Santos, 147
45020-750 - Bairro Recreio - Vitória da Conquista - BA
T. (77) 2101-9393



que seja atendida ao menos uma das hipóteses ali previstas, ou seja, ter havido aumento ou redução, por qualquer motivo, do montante contabilizado. Contrariamente, não atendida a citada hipótese (aumento ou redução do valor contabilizado), não há que se falar em movimentação contábil ou perda da condição originária trazida pela IN 20, fato que justifica o enquadramento da contabilização realizada pela operadora.

Dessa forma, a cooperativa juntamente com seus assessores jurídicos entende que o valor de R\$ 5.548.842,84 referente a PIS e COFINS, deverá ser mantido em contas ativas e passivas, simplesmente pelo motivo de que ainda não se esgotaram as discussões judiciais, inexistindo, portanto, sentença condenatória com trânsito em julgado.

NOTA 19 - GARANTIAS FINANCEIRAS

A Resolução Normativa nº 392 da ANS e alterações posteriores estabelece a necessidade de estabelecer garantias financeiras para as provisões técnicas efetuadas de acordo com as regras da ANS.

A Unimed do Sudoeste possuía, em 31 de dezembro de 2021, aplicações garantidoras (vinculadas) de provisão técnica no montante de R\$17.370.404,96 (R\$ 3.451.165,63 em 2020), e custodiadas no montante de R\$ 0,00 (R\$11.474.643,61 em 2020) nas seguintes instituições financeiras: XP investimentos.

NOTA 20 - PRECIFICAÇÃO

A Unimed do Sudoeste possui um Pronto Atendimento e Núcleo de Saúde. Estes serviços são filiais da operadora e operam sob o mesmo CNPJ, sendo exclusivos para beneficiários do plano de saúde. Os custos assistenciais dos atendimentos são contabilizados conforme sua contratação e pagos diretamente aos Cooperados e Credenciados conforme suas respectivas tabelas. Todo custo administrativo é separado e rateado conforme exposição da quantidade de beneficiários em suas respectivas contratações contra o grupo 4115, a entidade possui controle gerencial de todo atendimento aos seus beneficiários conforme preconiza a Resolução Normativa nº 435 nos moldes descritos no Capítulo IV – Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde constante nas Normas Gerais.

NOTA 21 - SEGREGAÇÃO DE EVENTOS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2021 está consistente com os valores do grupo 4111. O quadro abaixo foi preenchido pelos valores líquidos de Glosas, Recuperação por Coparticipação e Outras Recuperações referente a Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido.

- Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido – Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei nº 9.656/1998:

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	2.125.058,87	1.918.089,04	106.579,13	794.599,51	140.416,25	14.376.958,17	19.934.982,95
Rede Contratada	497.241,88	5.076.436,08	1.400.481,24	5.028.666,05	136.621,24	1.974.222,03	14.113.668,52
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	84.407,66	247.463,78	96.342,28	388.595,91	4.100,60	2.081.294,03	2.902.204,24
Total Eventos	2.706.708,41	7.241.988,90	1.603.402,65	6.211.861,47	281.138,09	18.432.474,21	36.477.573,73
Corresp. Cedida	(491.108,20)	(1.313.994,56)	-	(1.127.087,09)	-	-	(2.932.189,85)

NOTA 22 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 23 - PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a entidade. A entidade realizou transações com partes relacionadas em condições equivalentes àquelas usualmente praticadas no mercado e de acordo com o CPC 05(R3) e CFC NBC TG 05 (R3). Destacamos entre as nossas partes relacionadas os nossos membros estatutários e as pessoas jurídicas ligadas aos mesmos.

Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de pagamento de serviços prestados e fornecimentos de serviços. Os valores e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com os usufruídos pelos demais cooperados da nossa operadora.

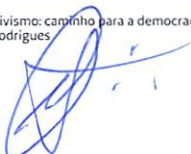
Os demais valores praticados com as partes relacionadas se restringem a cédulas de presença e a valores de honorários aprovados em Assembleia, não se tratando de valores relevantes para a entidade.

NOTA 24 - MARGEM DE SOLVÊNCIA

A operadora apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao estabelecido pela ANS através da Resolução Normativa nº 451.

NOTA 25 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R3) do Conselho Federal de Contabilidade.







www.unimedsudoeste.coop.br
Av. Otávio Santos, 147
45020-750 – Bairro Recreio – Vitória da Conquista – BA
T (77) 2101-9393



NOTA 26 - COMPARTILHAMENTO DE RISCO (RN 430/2017)

Conforme requerido no Art. 20 da RN 430, de 07 de dezembro de 2017, detalhamos abaixo os tipos de transação e os volumes de recursos envolvidos concernentes às operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimed's Origem e Executora.

A nosso ver, os riscos financeiros associados não são relevantes já que o processo de intercâmbio é regulado pela Unimed do Brasil e pelas Câmaras de Compensação com anuência de todas as Unimed's participantes, havendo, ainda, um conjunto robusto de regras e políticas previstas no Manual de Intercâmbio Nacional do Sistema Unimed.

O compartilhamento de risco se dá da seguinte forma:

Como Unimed Prestadora:

Conforme requerido pela RN 430, quando ocorre o atendimento por esta Unimed, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Indenizáveis" – Grupo 4111 do Plano de Contas da ANS e as faturas emitidas são contabilizadas como "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde", grupo 311112 do Plano de Contas da ANS.

Como Unimed Origem:

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários desta Unimed em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde", Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS.

Os montantes transacionados em 2021 e 2020 foram os seguintes:

Conta	2021	2020
311112 - Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido	22.527.195,58	17.626.022,65
411112 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-estabelecido	22.599.254,98	17.737.000,57
3117 - (-) Contraprestações de Corresponsabilidade Cedida de Assistência à Saúde	(13.440.999,64)	(11.962.292,05)

NOTA 27 - NOTAS EXPLICATIVAS MÍNIMAS

Além das notas explicativas já mencionadas, as Normas Gerais da Resolução Normativa nº 435, em seu item 9.1, exigem que as operadoras façam menção à aplicação dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis constantes no item 10. Os seguintes CPC's não foram mencionados por não serem aplicáveis à realidade da entidade no presente exercício:

- CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de
- CPC 04 - Ativos Intangíveis
- CPC 06 - Arrendamento Mercantil Operacional e Financeiro
- CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais
- CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e
- CPC 09 - Demonstração de Valor Adicionado
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações
- CPC 11 - Contratos de Seguro
- CPC 12 - Ajuste a Valor Presente
- CPC 15 - Combinação de Negócios
- CPC 16 - Estoques
- CPC 17 - Contratos de Construção
- CPC 18 - Investimentos em Coligada e Controlada
- CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)
- CPC 20 - Custo de Empréstimos
- CPC 21 - Demonstração Intermediária
- CPC 22 - Informações por Segmento
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de
- CPC 24 - Evento Subsequente
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 28 - Propriedade para Investimento
- CPC 30 - Receitas
- CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
- CPC 32 - Tributos sobre Lucro
- CPC 33 - Benefícios a Empregados
- CPC 36 - Demonstrações Consolidadas
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração
- CPC 39 - Instrumentos Financeiros - Apresentação
- CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação
- CPC 41 - Resultado por Ação
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41
- CPC 45 - Divulgação de Participações em outras Entidades.

Vitoria da Conquista – BA, 31 de dezembro de 2021



Contador Responsável
Romarco Sousa Coelho
CRC/BA 031067/O-3



Diretor Presidente
Liomar Couto Leal
CPF: 897.723.345-34

